

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura

Programa de Pós-Graduação em Educação das Relações
Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá)

Alexsandra Nogueira Silva

MATRIARCADO AFRICANO

A presença e a importância dos valores matriarcais para a
educação

Rio de Janeiro
2020



Alexsandra Nogueira Silva

MATRIARCADO AFRICANO:

A presença e a importância dos valores matriarcais para a educação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá), vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico.

Orientadora: Professora Dr^a. Aline Cristina Oliveira do Carmo

Rio de Janeiro
2020

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

S586 Silva, Alessandra Nogueira

Matriarcado africano: a presença e a importância dos valores matriarcais para a educação / Alessandra Nogueira Silva. - Rio de Janeiro, 2020.

49f

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá)) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Aline Cristina Oliveira do Carmo.

1. Relações étnico-raciais – Estudo e ensino. 2. Educação. 3. Matriarcado. 4. Protagonismo. I. Carmo, Aline Cristina Oliveira do. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 305.8

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB-7: 5692.

Alexsandra Nogueira Silva

MATRIARCADO AFRICANO

A presença e a importância dos valores matriarcais para a educação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá), vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá).

Aprovado em: ____/____/____.

Dr^a Aline Cristina Oliveira do Carmo (Orientadora)
EREREBÁ/Colégio Pedro II

Dr^o Osmar Soares Filho (Membro titular interno)
EREREBÁ/Colégio Pedro II

Doutoranda Marta Ferreira (Membro titular externo)
UNICAMP/ Grupo Phala

À minha mãe Vanda que já retornou a sua massa de origem.

AGRADECIMENTOS

À minha ancestralidade pois sem ela aqui não estaria e nem seria o que sou.

À minha família nas figuras das minhas mais velhas que me influenciaram ao longo da minha vida nas conversas na cozinha, nos encontros de família e nas casas de àse.

Agradeço em especial ao meu pai e meu irmão por me apoiarem nessa luta diária que me fortaleceu e me fez continuar mesmo com a ausência de minha rainha (mãe) minha Vanda.

À minha orientadora Aline Carmo por toda generosidade, paciência e resiliência diante das minhas fraquezas.

Aos meus amigos que sempre me apoiaram direta ou indiretamente com palavras de incentivo e força.

Aos colegas do Ererebá pelas trocas feitas e pelo afeto compartilhado, muito grata pela aquisição de novos amigos para toda uma vida.

À minha amiga Viviane Nazário por toda troca adquirida e por ter segurado minha mão no momento que eu pensei em desistir.

Ao meu Babá e a minha casa de àse por me proporcionar vivenciar tantas experiências matriarcais no dia a dia.

Aos professores do Ererebá pelas aulas que me possibilitaram a aquisição de novos conhecimentos, novas práticas e o incentivo para colocarmos em prática.

Ao matriarcado por se fazer presente em minha trajetória não deixando de ser identificado um dia sequer do meu cotidiano.

Finalizando, aos meus mais velhos por todo legado deixado e por me permitir transmitir o legado adquirido. E, em especial, a todas as mulheres que deixaram seu protagonismo anônimo na minha trajetória.

“Uma vez uma menina dançou sob o céu africano e sol beijou seus ossos. Ela viu seu reflexo no lago e entendeu sua conexão espiritual. Ela nunca traiu sua Mãe África.”

Nah Dove

RESUMO

SILVA, Alexsandra Nogueira. MATRIARCADO AFRICANO: A presença e a importância dos valores matriarcais para a educação. 2020. 52 f. (total de folhas). Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá)) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2019.

O estudo pretende estabelecer uma análise do conceito de Matriarcado defendido por Cheikh Anta Diop, no livro “*A Unidade Cultural da África Negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade Clássica*” (2014). Nesse sentido tem o objetivo de estudar o Matriarcado sob uma perspectiva africana, visando oferecer subsídios para a aplicação da lei federal nº 10.639/2003, que determina a obrigatoriedade do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos da educação básica. Através desse trabalho, pretendo contribuir para que estudantes e pesquisadores em geral tomem conhecimento do Matriarcado como sistema organizativo e de toda gestão administrativa nas mãos das mulheres. Com isso, pretendo incorporar o estudo dessa forma de organização social no currículo para o Ensino Fundamental e Médio nas áreas de História e Filosofia. A metodologia utilizada se dará de forma qualitativa, através da revisão bibliográfica da leitura de Anta Diop (id.) e autoras feministas, como Nah Dove (1998), Cleonora Hudson (1988; 2019) e Lélia Gonzalez (2018). Além disso, buscarei analisar os papéis das mulheres avós, mães, tias e madrinhas dentro de suas famílias e comunidades. Que tipo de motivações elas exercem e a que tipo de matriarcado estão inseridas: quando a mulher é o foco ou a principal base de sustentação da família (matrifocalidade) ou quando a mesma encontra-se como referência de território (matrilocalidade). Assim, pretendo demonstrar, ao longo da história, a expressão de um *espírito feminino africano*, presente na gestão de determinadas comunidades. Dessa forma, pretendo tornar possível a identificação do protagonismo do Matriarcado Africano, observando que a origem da sociedade é extremamente feminina.

Palavras-chave: Protagonismo feminino, Matriarcado, Mulherismo Africano, Educação.

ABSTRACT

SILVA, Alessandra Nogueira. MATRIARCADO AFRICANO: A presença e a importância dos valores matriarcais para a educação. 2020. 52 f. (total de folhas). Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá)) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2019.

The study aims to establish an analysis of the concept of Matriarchy advocated by Cheikh Anta Diop in the book “The Cultural Unity of Black Africa: Spheres of Patriarchy and Matriarchy in Classical Antiquity” (2014). In this sense, its objective is to study the Matriarchy from an African perspective, aiming to provide subsidies for the application of federal law No. 10,639 / 2003, which mandates the teaching of African history and Afro-Brazilian culture in the curriculum of basic education. Through this work, I intend to contribute for students and researchers in general to learn about Matriarchy as an organizational system and all administrative management in the hands of women. With this, I intend to incorporate the study of this form of social organization in the curriculum for Elementary and High School in the areas of History and Philosophy. The methodology used will be qualitative, through the literature review of the reading of Anta Diop (id.) And women authors, such as Nah Dove (1998), Cleonora Hudson (1988; 2019) and Lélia Gonzalez (2018). In addition, I will seek to analyze the roles of women grandparents, mothers, aunts, and godmothers within their families and communities. What kind of motivations do they exert and to what kind of matriarchy are they inserted: when the woman is the focus or main base of the family's support (matrifocality) or when she is the reference of territory (matrilocality). Thus, I intend to demonstrate, throughout history, the expression of an African feminine spirit, present in the management of certain communities. Thus, I intend to make possible the identification of the protagonism of the African Matriarchy, noting that the origin of society is extremely feminine.

Keywords: Female Protagonism, Matriarchy, African Womanism, Education.

RESUMEN

SILVA, Alexsandra Nogueira. MATRIARCADO AFRICANO: A presença e a importância dos valores matriarcais para a educação. 2020. 52 f. (total de folhas). Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá)) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2019.

El estudio tiene como objetivo establecer un análisis del concepto de Matriarcado defendido por Cheikh Anta Diop en el libro "La unidad cultural africana negra: esferas del patriarcado y el matriarcado en la antigüedad clásica" (2014). En este sentido, tiene el objetivo de estudiar el Matriarcado desde una perspectiva africana, con el objetivo de ofrecer subsidios para la aplicación de la ley federal 10.639 / 2003, que determina la obligación de enseñar la historia africana y la cultura afrobrasileña en los programas de educación básica. A través de este trabajo, tengo la intención de contribuir para que los estudiantes e investigadores en general aprendan sobre el Matriarcado como un sistema organizacional y toda la gestión administrativa en manos de las mujeres. Con esto, tengo la intención de incorporar el estudio de esta forma de organización social en el plan de estudios de la escuela primaria y secundaria en las áreas de Historia y Filosofía. La metodología utilizada será cualitativa, a través de la revisión bibliográfica de la lectura de Anta Diop (id.) Y de mujeres autoras, como Nah Dove (1998), Cleonora Hudson (1988; 2019) y Lélia Gonzalez (2018). Además, trataré de analizar los roles de las mujeres abuelos, madres, tías y madrinas dentro de sus familias y comunidades. ¿Qué tipo de motivaciones ejercen y a qué tipo de matriarcado se insertan?: cuando la mujer es el foco o la base principal de apoyo de la familia (matrifocalidad) o cuando es la referencia del territorio (matrilocalidad). Por lo tanto, tengo la intención de demostrar, a lo largo de la historia, la expresión de un espíritu femenino africano, presente en la gestión de ciertas comunidades. Por lo tanto, tengo la intención de hacer posible la identificación del protagonismo del Matriarcado africano, señalando que el origen de la sociedad es extremadamente femenino.

Palabras clave: Protagonismo Femenino, Matriarcado, Mujerismo Africano, Educación.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
1.INTRODUÇÃO.....	12
2.TESE DE DIOP SOBRE O MATRIARCADO.....	16
3.ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA.....	21
3.1. Matriarcado dialogando com mulherismo africano.....	23
3.2. Reflexões sobre a presença dos valores matriarcais.....	32
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

APRESENTAÇÃO

Eu sou Alexandra Nogueira Silva, nascida no Rio de Janeiro, filha de pais baianos, com formação em Filosofia pela PUC-RIO em 2002 e em História em 2013 pela Cândido Mendes.

Minha formação inicial foi o magistério (ensino médio com formação de professores) concluído em 1991, porém nesse período nunca experimentei sala de aula. Fui influenciada a fazer Filosofia, graças à minha Tia Ivanete Ribeiro, formada em Filosofia pela PUC-RIO, fazendo sua primeira graduação aos 47 anos. Esposa do primo do meu pai, foi através da observação de suas falas, conversas, modo de agir e criar sua filha caçula, Roxana, que pude observar o resgate de nossas raízes ancestrais com um discurso afrocêntrico¹ e empoderado.

Hoje sou consciente que o Matriarcado sempre esteve presente na minha vida. Desde a infância, sempre estive rodeada de mulheres fortes com personalidades marcantes, exercendo características ora *matrifocais*, quando cuidadoras, destacando-se pela liderança, organização e poder, na gestão da vida dos meus mais velhos; ora *matrilocais*, quando acolhem filhos, genros, noras e netos ao seu lado, após o matrimônio ou em diferentes circunstâncias. Particularmente, não convivi com nenhum dos meus avôs; só tenho a lembrança viva e forte das minhas avós, sempre que tinha a oportunidade de tê-las por perto.

Voltando ao que me influenciou em fazer a primeira graduação, foi o fato de minha Tia Ivanete me apresentar a EDUCAFRO e o que esse grupo propunha. Isso me motivou a estudar e a fazer o vestibular. Verdadeiramente, não sei se ela tem conhecimento de sua influência na minha escolha. Não tive a oportunidade de dizer, mas, o meu olhar atento às suas falas, observá-la contar sobre sua própria trajetória, ao ir para a faculdade aos 47 anos, acompanhada de um bebê com poucos meses de vida... Mulher preta bem resolvida, buscando conhecimento e lugar de fala, deixando claro que

¹ A ideia de um discurso afrocêntrico é entendida neste trabalho com base na referência dos estudos sobre a afrocentricidade, tal com defendidos por ASANTE (2009), MAZAMA (2009) e outros. Em linhas gerais, a afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses (ASANTE.p.93).

nunca foi fácil, mas sim possível. Diante de tantas histórias, acabei optando por fazer o mesmo curso e não me arrependo até hoje.

Minha militância consciente enquanto mulher preta teve início no Pré-Vestibular na EDUCAFRO e posteriormente como graduanda bolsista da PUC-RIO. Solidifiquei minha atuação ao lado dos amigos que fiz na faculdade e no bar dos funcionários ponto de encontro dos alunos bolsistas. Mesmo fazendo cursos distintos, formávamos guetos, nos reconhecíamos enquanto povo preto e periférico. O nome do pré-vestibular já nos legitimava: PVNC (pré-vestibular para negros e carentes).

Somente três anos após o término da faculdade que conheci verdadeiramente uma sala de aula e foi maravilhoso, pois tive a certeza que estava no caminho certo. Depois de uma trajetória em pré-vestibular comunitário e aulas de reforço, optei por fazer uma nova graduação em História com o objetivo final de estudar História da África.

Desse modo, fiz docência para História pelo Instituto “A Voz do Mestre” filiado à Universidade Cândido Mendes, tomei conhecimento da lei 10.639/03, comecei a colocar em prática nas salas de aula e estou nessa caminhada até os dias atuais.

Tive acesso a conteúdos relacionados à África quando fiz a primeira pós-graduação em História da África e Afrobrasildades do Instituto Pretos Novos e da Faculdade de Educação de Caxias (IPN/FEUDUC), o qual não conclui por questões pessoais. Continuei minha caminhada em escolas privadas e pública construindo e trabalhando currículos contextualizados, no que diz respeito ao conteúdo de Filosofia e História, colocando a lei em prática.

Ao longo dessa caminhada fiz o Curso de Mitologia Nagô-Yorubá do Colégio Pedro II e foi então que tomei conhecimento do Ererebá. Quando foi aberta a primeira turma, me inscrevi, fiz a prova e passei pela entrevista, quando falei sobre a minha proposta em falar de Matriarcado como resgate da valorização da mulher negra e que a proposta inicial seria falar do protagonismo anônimo das mulheres de candomblé pesquisa que será realizado em um outro momento.

Através deste trabalho pretendo indicar o matriarcado como ferramenta de valorização das mulheres de periferia em todas as áreas sociais, sendo elas mães, avós, tias, madrinhas etc. Como essa valorização (ou ausência dela) pode se relacionar diretamente com os estudantes no seu ambiente escolar? O que acontece quando se dão conta da importância dessas senhoras, enquanto heroínas responsáveis direta e indiretamente pela estadia e conhecimento adquiridos nesse local? Nesse sentido, o intuito é tomar conhecimento que essa característica se faz presente desde o início da

humanidade e como isso contribuiu para formar civilizações e gerir comunidades, até os dias de hoje.

Partindo dessas questões, minha hipótese é que a valorização dessas mulheres irá refletir no empoderamento desses estudantes, resgatando sua ancestralidade feminina africana, sendo uma importante influência para o caminho de formação escolhido, bem como para a identificação da expressão mulherista de nossas comunidades, orgulhando-se das que as antecederam e como isso reflete diretamente no dia a dia de cada pessoa². Na verdade, será uma troca de saberes, pois através dos estudantes essas senhoras terão o reconhecimento de seus papéis dentro de suas comunidades e como cada indivíduo que com elas convive carrega para toda sua vida o saber nelas contido.

² Cf. GONZALES, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretendo apresentar uma breve análise da tese de Cheikh Anta Diop tal como apresentado em seu livro *Unidade Cultural da África negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade Clássica* (2014), a partir de seu estudo sobre o Matriarcado Africano como base inicial de toda humanidade, e a tese sobre Mulherismo Africana, tendo como ponto de partida o estudo de Nah Dove no livro *Mulherismo Africana: Uma teoria afrocêntrica* (1998).

Cheikh Anta Diop nasceu em 29 de dezembro de 1923 na região senegalesa de Diourbel e atingiu a fase adulta no período do colonialismo europeu e segregação na África. Em 1946 mudou-se para Paris para realizar estudos superiores de Matemática, com a ideia de ser engenheiro aeronáutico. Ao mesmo tempo, matriculou-se na Faculdade de Filosofia e Letras da Sorbonne e participou na criação da Associação de Estudantes Africanos em Paris. Foi perseguido e reprovado três vezes pela banca no período da faculdade. Seu objetivo principal era assegurar a África como berço da humanidade e o Egito como país do continente africano composto de faraós negros (DIALLO, SANTOS, 1941).

O que me motivou a escolher Diop como fundamento para minha pesquisa tem início quando percebo que os conceitos defendidos pelo mesmo estão diretamente ligados às mulheres que chegaram ao Brasil escravizadas.

Diop me fez reconhecer que o matriarcado exercido pelas mulheres de periferia está diretamente relacionado às práticas de suas ancestrais mães, avós, tias e madrinhas. Reitero a partir do artigo escrito com duas amigas professoras da educação básica:

Pelas críticas de Diop quanto a uma passagem universal do matriarcado para o patriarcado e o caráter evolucionista que seus defensores lhe estabelecem, os exemplos deixados por essas africanas se conectam com as narrativas do autor numa demonstração de que suas ações são formas de organizações outrora vividas com seu povo e que fazem parte de sua história de vida.(TAVARES, LESSA, NOGUEIRA,2019,p.2)

Por intermédio da tese de Diop vou buscar resgatar o empoderamento e poder feminino das mulheres de periferia propondo que elas reconheçam em suas práticas características matriarcais.

Como citado no início, também pretendo colocar em diálogo a tese sobre o matriarcado de Anta Diop, como base da identidade cultural africana, com o conceito de Mulherismo Africana³ que surgiu em 1993. Esse termo foi cunhado por Cleonora Hudson Weems com o propósito de retomar a identidade feminina das mulheres em África e em toda diáspora, o que é reforçado por Nah Dove no livro *Mulherisma Africana: Uma teoria Afrocêntrica*.

Cleonora Hudson Weems (1945) é uma intelectual e acadêmica africana-americana que atualmente atua como professora de inglês na Universidade do Missouri. Crítica do eurocentrismo dominante na academia e nos movimentos sociais de minoria, principalmente luta antirracista e antimachista dos africanos e africanas, ela cunhou o conceito filosófico conhecido como mulherismo africana, no final da década de 1980, para dar conta das especificidades da mulher preta africana e do povo preto como um todo em sua luta por poder e liberdade. Tal concepção filosófica, na verdade um movimento de luta, se tornou conhecida a partir de suas publicações sistematizadas depois do ano de 1998; entretanto, Cleonora Hudson Weems e o mulherismo africana passam a ter uma ressonância global um pouco antes, isto é, após a sua participação na Primeira Conferência Internacional de Mulheres da África e da Diáspora Africana, na Universidade da Nigéria, Nsukka, em 1992. Cleona é autora, dentre outras obras, dos livros *Africana Womanism: reclaiming ourselves* e *Emmett Till: The Sacrificial Lamb of the Civil Rights Movement* (Hudson, 2019, p.158).

Nah Dove é professora visitante no Departamento de Estudos Afro-Americanos e Africanos da Universidade Estadual da Pensilvânia. Mestrado em Educação pela Universidade de Londres e doutorado em Estudos Americanos da Universidade Estadual de Nova York, Buffalo. Seu interesse de pesquisa é na resistência Africana à dominação cultural europeia através da educação escolar.

Logo, se a ideia é recuperar toda legitimidade das mulheres negras africanas e da diáspora como líderes das sociedades das quais fazem parte, tomarei como exemplo para ressignificar os papéis das mulheres de periferia o resgate da afrocentricidade através de seus filhos, netos, bisnetos, sobrinhos e afilhados. Se dialogarmos no ambiente escolar sobre esses saberes ele será propagado por toda comunidade, tornando possível o reconhecimento dessas senhoras por intermédio dos estudantes.

³ “Mulherismo Africana, termo cunhado por Cleonora Hudson-Weems (2016), é um novo olhar, centrado nas mulheres negras africanas e da diáspora, para entender, refletir e agir na luta antirracista e de sobrevivência do povo preto” (NJERI e RIBEIRO, 2019, p.1).

Entretanto, é preciso observar que a família representou para a mulher negra uma das maiores formas de resistência e de sobrevivência. Como heroínas do cotidiano desenvolvem suas batalhas longe de qualquer clamor de glórias. Mães reais e/ou simbólicas (...), foram e são elas, muitas vezes sozinhas, as grandes responsáveis não só pela subsistência do grupo, assim como pela manutenção da memória cultural no interior do mesmo. (EVARISTO, 2003, P.4)

O que me proponho nesse trabalho é reforçar os aspectos do matriarcado africano presentes no cotidiano das mulheres periféricas, que serão reconhecidas pelas especificidades do matriarcado expressas pelas práticas ancestrais por elas desenvolvidas até os dias atuais no seu cotidiano.

Tomar conhecimento dessa raiz ancestral por parte dessas mulheres na contemporaneidade pode fortalecer o desenvolvimento de uma revolução social em suas comunidades, revelando todo protagonismo matriarcal. Resignificando-se enquanto cidadãs dentro de suas casas, em seus locais de trabalho, dando a essas mulheres posicionamento diante da sociedade.

Essa prática forneceria uma autonomia sobre suas vidas, estaríamos oferecendo a essas senhoras avançar em direção contrária ao que lhe é proposto. Demolindo, todo machismo, sexismo e feminicídio oferecidos a elas.

O segundo capítulo irá abordar a tese de Diop sobre o matriarcado, com base na identificação ao longo da história sobre a expressão de um espírito africano que foi desenvolvido por meio de normas interculturais tendo em vista a gestão de sua comunidade. Essa conduta dialoga com o Mulherismo Africano reforçando essa autonomia de um lugar de fala dentro da realidade social a que pertencem. Em concordância com suas vivências, sua formação e seus lugares dentro de suas famílias intensificando o que propõe o Mulherismo Africano.

O terceiro capítulo pretende expor de forma mais específica a relação entre matriarcado e mulherismo africano, segundo o estudo das mulheristas que mediam com Diop tomando seu estudo como fundamento para destacar que o mulherismo dialoga diretamente com o matriarcado africano. O que o mulherismo apresenta é uma automeação das mulheres africanas e suas descendentes aqui em especial as mulheres de periferia.

Mulherismo Africano é um conceito que tem sido moldado pelo trabalho de mulheres como Clenora Hudson-Weems, Ifi Amadiume, Mary E. Modupe Kolawole, e outras. O Mulherismo Africano pode ser visto como fundamental para o contínuo desenvolvimento da teoria Afrocêntrica. Mulherismo

Africana traz à tona o papel das Mães Africanas como líderes na luta para recuperar, reconstruir e criar uma integridade cultural que defenda os antigos princípios Maáticos de reciprocidade, equilíbrio, harmonia, justiça, verdade, justiça, ordem e assim por diante. Nesse sentido, creio que expressar Maat possa ser um termo que desenvolverá ainda mais a teoria Afrocêntrica (DOVE,1998, p.21).

Portanto, a proposta é uma nova reflexão sobre a particularidade das vivências das mulheres de comunidades periféricas via matriarcado e Mulherismo Africano.

Finalizo, apoiada nas reflexões sobre a presença dos valores matriarcais mediante minhas práticas em sala de aula, das experiências adquiridas a partir das mesmas e dos relatos de pesquisa sobre personalidades femininas como elementos possíveis para o desenvolvimento de práticas pedagógicas aliadas ao propósito desta pesquisa.

2. TESE DE DIOP SOBRE O MATRIARCADO

A unidade cultural da África negra, editado em Paris, pela Presença Africana, 1959, 1982. Trata-se de um estudo do matriarcado e do patriarcado na África e na Europa. A opinião professada, na época, em que Cheikh Anta Diop começa a tratar esta problemática, é que o matriarcado (sociedade organizada em torno da mulher) e que a passagem da fase de organização matriarcal à fase de organização patriarcal marcaria um progresso civilizacional. Cheikh Anta Diop mostra que esta concepção da evolução da civilização humana não está conforme à realidade sociológica, sublinhando o papel crucial desempenhado por certas condições geo - climáticas e as condições materiais de existência. Esta análise caracteriza assim os dois “berços da civilização” (que não devem ser confundidos com o berço da humanidade) que, na história e em certas regiões – especialmente em torno do Mediterrâneo – são encontrados e se influenciam mutuamente (OLIVEIRA,2018, p.16).

O que me proponho a fazer nesse capítulo é apresentar a teoria dos valores matriarcais de Cheikh Anta Diop. Segundo o autor, a humanidade, tendo um único berço originário em solo africano, em um dado momento de seu desenvolvimento e expansão territorial, dividiu-se em diferentes rotas de ocupação, entre as quais uma delas deu origem ao matriarcado (berço meridional) e outra ao patriarcado (berço nórdico). De acordo com essa compreensão, é duvidoso que berços tão distintos geograficamente tenham seguido o mesmo tipo de organização social.

Em seus estudos, Anta Diop apresenta uma crítica aos teóricos ocidentais, aponta o papel distintivo do matriarcado e patriarcado, bem como a disputa que ocorre quando esses dois grupos se encontram, de modo a elucidar diferenças entre sociedades matriarcais e patriarcais. Segundo a visão criticada por Diop:

O matriarcado é associado como uma sinonímia do conceito jurídico de herança de propriedade, ou seja, de matrilinearidade. Além de reduzi-lo também a uma necessidade de vida social oriunda da vida promiscua e de barbárie, relacionada há um tempo em que não se vivia monogamicamente, nem havia casamentos, sendo, portanto, a única forma de associação parental a mãe, por ser possuidora do útero. Além dessa fase, são estabelecidas mais duas: a gineocrática, em que já há a existência do casamento, de filiação também uterina, associando-a, por isso, a uma fase de hegemonia da mulher o que é determinado como matriarcado. Outro conceito que utiliza como exemplo dessa organização social feminina é o amazonismo. Diop desconstrói as duas concepções “Bochefiana”. A primeira ele contra-argumenta dizendo que não se trata de uma posição hegemônica da mulher, nem uma forma de organização social em que o direito de herança da propriedade é materno, matrilinear, pois à mulher só cabe o papel de procriação e a procedência uterina é parte desse papel (LESSA, TAVARES, NOGUEIRA, 2019, P.2-3).

Em contrapartida a esta análise de caráter evolucionista e inferiorizante das sociedades matriarcais. Diop esclarece que geograficamente o matriarcado e o patriarcado são dois grupos distintos. Aponta que, em sua origem a humanidade empreendeu distintas rotas migratórias: uma caracterizada como berço nórdico: outra como berço meridional. Tais grupos geograficamente distintos deram origem segundo Diop ao Matriarcado e o outro deu origem ao patriarcado como organizações sociais distintas. Aquelas com influência euroasiática teriam como característica predominante o nomadismo; já os povos meridionais, dos quais o autor destaca o continente Africano, teriam características agrícolas (prática vinculada a um modo de vida sedentária).

No artigo sobre Matriarcado africano escrito por mim e duas professoras da educação básica como trabalho de conclusão do curso de Matriarcado Africano do Instituto Hoju falamos sobre isso de forma mais detalhada:

Diop afirma que “o parentesco matrilinear é inexistente nos indo-europeus: os filhos de duas irmãs pertencem a duas famílias diferentes, as dos seus pais”. Nos capítulos que seguem ao de suas críticas, Diop dá exemplos de sociedades patriarcais que são matrilineares, mas essas seguem como exemplos de sociedades de natureza matriarcal e que vão absorver a cultura do patriarcalismo, mantendo, porém, esse resquício de sua sociedade original. Para isso ele escolhe “os fatores históricos relevantes de modo a demonstrar efetivamente as características de um e outro sistema”, diferenciando suas naturezas originárias por espaços geográficos aos quais determina de Berço Meridional (Etiópia, Egito, Líbia, África Negra), Berço Nórdico (Creta, Grécia, Roma, Alemanha e Cítia) e Zona de Confluência (Árabia, Ásia Ocidental: Fenícia, Indo e Mesopotâmia, Mesopotâmia e Bizâncio). Visto que considera ser “improvável que berços tão distintos geograficamente como as estepes euroasiáticas – propícia à vida nômade – e as regiões meridionais do globo, em particular a África – propícia à agricultura e à vida sedentária – tenham engendrado os mesmos tipos de organização social” (LESSA, TAVARES, NOGUEIRA, 2019, p.3).

Anta Diop faz um histórico do matriarcado, da participação e importância do papel da mulher no início da humanidade. Relata a importância do espírito feminino para criação do mundo. Como bem explica Ifa Amadiune ao fazer a introdução do livro “*A unidade Cultural Da África Negra*”:

O que Diop teve firme controle e usou para discutir a “*profunda unidade cultural*” da África foi a história do matriarcado Africano. Ele assim procedeu a partir da análise da condição material a superestrutura ideológica. Ao fazê-lo, Diop recuperou nossa história Afrocêntrica (...) (AMADIUNE, 1989, p.3).

De acordo com essa obra, no contexto da vida nômade próprio das condições de vida do berço nórdico, que se reduzia a deslocamentos perpétuos, o papel da mulher era levado ao mínimo. Com exceção à procriação, seu papel na sociedade nômade era nulo; com esse menor valor econômico, ela que abandona seu clã.

Contrariamente à tradição matriarcal, a mulher passa a estar sujeita ao seu marido e deixa de ser herdeira de sua família natural, quem deve ser compensado com o dote é o marido e ela se torna uma estrangeira nesta nova família; só aprendiam atividades domésticas e em alguns casos só saíam vigiadas por outras pessoas.

Para Diop, é peculiar o fato de só encontramos o matriarcado de modo consistente apenas nas populações meridionais e agrícolas. Parece evidente que, tal como o patriarcado, o sistema resulta de uma estrutura de organização política e social, de um tipo de vida sedentária e agrícola, improvável ao estilo de vida nórdica nômade. Sendo assim, as mulheres não estão reduzidas somente à reprodução, pois também atuam na gestão de suas comunidades e garantia da sobrevivência das mesmas.

Com base nessas compreensões, ele consegue elucidar alguns pontos defendidos desde o início da humanidade, fala de hábitos incorporados por civilizações distintas. Faz uma caracterização dos berços civilizatórios indicando no berço nórdico a prevalência de uma compreensão do papel feminino reduzido à procriação, e no berço meridional prevalência de práticas sedentárias como a agricultura e a valorização das mulheres na gestão de suas comunidades.

O matriarcado está presente em nosso cotidiano, quando nos damos conta das hortas ou dos jardins que muitas das nossas avós, mães, tias e madrinhas cultivam em torno de suas casas. Isso é uma prática matriarcal que se dá desde nossa origem africana a partir da prática da agricultura.

Com efeito, sabemos com toda a certeza que, com a descoberta da agricultura a Terra afigurou-se como uma divindade periodicamente fecundada pelo Céu por intermédio da chuva. A partir desse momento, a função do segundo determinada e é este que alimenta as sementes depositadas no seio da primeira; dá origem à vegetação. Daí a tríade ctônico-agrária: Céu-Terra-Vegetação. Em alguns países, tal como o Egito, esta acabou por ser identificada com uma tríade de semideuses: Osíris-Ísis-Hórus. A assimilação do papel da Terra na origem da vegetação ao da mulher no nascimento da criança é evidente. Esta tríade contribuiu para a formação das ideias dos povos meridionais relativamente à herança biológica, tal como esta é acima descrita. Estas, por sua vez, puderam reagir às concepções matriarcais, reforçando-as (DIOP, 2014, p. 40).

Diante destes, fatos, percebo que Diop quer esclarecer que desde o início da humanidade a mulher teve seu protagonismo. O matriarcado foi essencial para criação do mundo, elas foram atuantes em todas as áreas, inclusive na gestão administrativa. Diop nos faz observar que em sua origem a organização social é extremamente feminina. Graças ao matriarcado a mulher não é vista como objeto sexual, mas sim como mãe que geri outras vidas, a mulher tem o poder de escolha. E isso está presente desde o Egito antigo, período em que há registros do bicameralismo, até os dias atuais. Deu –se o chamado Bicameralismo as mulheres tinham voz participavam de assembleias com lugares pré-determinados.

O Bicameralismo⁴ na África era específico e determinado pelo sexo, porém não interfere na vida social dos indivíduos, colocava homens e mulheres como iguais desenvolvendo assim, uma certa democracia. As mulheres eram ouvidas, se posicionavam no que diz respeito a assuntos econômicos e administrativos passando suas ideias aos homens que posteriormente os colocavam em prática.

No entanto, temos que salientar que no matriarcado, tipo de organização social aqui enfatizada, a mulher interage com o homem não num papel de equidade, mas sim num papel de gestora, de ser “a mola mestre” responsável por gerir outros indivíduos o que não está ligado ao biológico. A respeito de uma leitura contemporânea sobre sociedades africanas cuja organização não possui como base distinções de gênero, ver Oyèrónké Oyèwùmí em *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas* (2004). Sendo assim, essa prática matriarcal pode ser praticada por quem tenha como objetivo gerir outras vidas e dar suporte à potencialização de outros indivíduos.

O matriarcado não representa o triunfo absoluto e cínico da mulher sobre o homem; consiste num dualismo harmonioso, uma associação aceite pelos dois sexos para melhor construir uma sociedade sedentária na qual cada um prospera plenamente entregando-se à atividade que está em maior conformidade com a sua natureza fisiológica. Um regime matriarcal, longe de ser imposto ao homem por circunstâncias independentes de sua vontade é aceite e defendido por ele (DIOP, 2014, p.18).

⁴ Bicameralismo é o regime em que o Poder Legislativo é exercido por duas Câmaras, a Câmara baixa e a Câmara alta. No Brasil representadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, respectivamente. No artigo Diop refere-se a um bicameralismo específico, determinado pelo sexo, garantindo ampla participação e florescimento de ambos (YANO,P.14).

Dessa forma, Diop revela que o Matriarcado em África se apresenta como uma escolha consciente, sistemática, e não uma impossibilidade de opção decorrente da indeterminação de qualquer paternidade.

“O modo de herança no sistema matriarcal no seu estado puro, não é herdado do pai, mas do tio materno. Todos os direitos políticos são herdados pela mãe; exceto o recurso a usurpação, nenhum príncipe pode herdar um trono, se sua mãe não for uma princesa. A importância do tio materno reside no auxílio deste à sua irmã. Papel que inicialmente não cabia ao marido, pois esse era considerado um estrangeiro.”(DIOP,2014,p.18) Essa característica não recai na mulher por um conceito de linhagem uterina abordado anteriormente e relacionado a um estágio primitivo, mas pela grandeza de gerar que essa mulher tem na sociedade matriarcal. Uma relação sagrada, tanto quanto a natureza do solo capaz também de gerar o alimento. “Um regime matriarcal, longe de ser imposto ao homem por circunstâncias independentes de sua vontade, é aceita e defendida por ele”.(DIOP,2014,p.18) Há uma harmonia em busca do equilíbrio, em que se comparada a cosmogonia africana de origem do mundo, cada um representa a parte metade da cabaça da criação. Essa harmonia é necessária, pois seu desequilíbrio poderia acarretar em péssima colheita pelo caráter sagrado da mulher. “O respeito pela mãe, e, sobretudo, o respeito ao qual essa deve ser tratada, representa o mais sagrado dos deveres” (LESSA, TAVARES, NOGUEIRA, 2019, P.4-5)

Dessa forma, é crucial o trabalho de conscientização da população negra brasileira de suas potencialidades, história, saúde, espiritualidade e ancestralidade para que ela possa recuperar a sua autodeterminação. Nos realinhar com nosso eixo civilizatório, que parte de África, perpassa a compreensão e resgate do matriarcado africana, cujas características são xenofilia, cosmopolitismo e coletivismo, além de valores morais baseados em otimismo, paz, justiça e bondade (DIOP, 2014).

3. ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA

O Matriarcado é a base de toda a sociedade africana apesar das tentativas de esconder esse fato. É sabido da tentativa da Europa em nos privar desse conhecimento⁵. Acredito que isso conseguiu ser posto em prática devido a não se saber ao certo a origem do Matriarcado. Hoje podemos dizer que o Matriarcado culminou com a agricultura na África o que nos reforça a ideia de que a mulher sempre teve um papel de protagonismo na vida africana. Como o citado abaixo:

Esta chega até a tornar-se –se o elemento estabilizador enquanto dona de casa, guardiã das provisões ; ao que parece , está também desempenhou uma função importante na descoberta da agricultura ,bem como na seleção das plantas, enquanto que o homem se dedicava a caça (DIOP,2014.P.33).

Se o matriarcado negro teve origem a partir da agricultura, a mulher africana é sempre foi a dona da casa no sentido econômico, pois todo alimento estava sob sua responsabilidade. Novamente, nos deparamos com práticas muito comuns no nosso cotidiano e assim vamos fortificando a presença do matriarcado em nossas vidas. Tenho recordação das inúmeras vezes em que presenciei minha avó gerenciando a comida em casa no dia a dia e nas grandes festividades .Hoje essa prática está sob a responsabilidade da sua filha mais velha que hoje é a nossa matriarca; qualquer tipo de festividade costuma ser feita em sua casa com a inspeção dos seus olhos. O que impressiona é a importância desse olhar para conosco por conta da idade avançada. Quando nos reunimos começamos a questionar quem será a herdeira, a sucessora, enfim, a que terá a responsabilidade de gerir as vidas de nossas famílias.

É impressionante que a partir do momento que começamos a tomar conhecimento do matriarcado numa perspectiva africana nos atentamos para quanto está presente em nossa ancestralidade. Hoje me deparo lembrando sobre as conversas das mulheres da minha família, minhas avós, tias, etc. Como tenho muito, mas histórias para contar, do que as dos homens da família.

É evidente que o matriarcado está presente no nosso dia a dia. Quantas famílias não vivem sob a proteção de uma matriarca e até mesmo quando acontece o casamento esse laço é reforçado? A verdade é que crescer numa base matriarcal e tomar

⁵ Legado roubado este termo foi popularizado por George Granville Monah James, em seu livro intitulado *Stolen Legacy* (JAMES,2017).

conhecimento dessas vivências me traz um reconhecimento, resgate e um pertencimento com a minha ancestralidade.

3.1 Matriarcado dialogando com Mulherismo

Trazendo essa tese para os dias atuais, acredito que este estudo, só nos traria benefícios; não precisaríamos estar brigando por igualdade, ou tentar nos enquadrar no Feminismo que em nada nos favorece hoje enquanto mulher preta. A esse respeito é importante ressaltar que, a despeito das importantes diferenças existentes entre as diversas formas de feminismo, há muitos feminismos branco, preto e todos têm com premissa a análise da condição feminina no seio das sociedades patriarcais. Dessa forma o feminismo enquanto tradição teórica, tende a desconsiderar a existência de sociedades africanas matriarcais como referência para mulheres negras. Nesse sentido, feminismo não dá conta das demandas dessas senhoras, partindo da premissa do feminismo “*meu corpo, minhas regras*”, torna-se perceptível que essa afirmativa não sustenta todas as demandas da mulher negra que são muitas, haja vista que não somos respeitadas nem enquanto gênero, raça e classe.

Pode ser apropriado comentar aqui os primórdios venenosos do feminismo. A verdadeira história do feminismo, suas origens e suas participantes, revela um pano de fundo racista bastante descarado. O Feminismo e o Movimento de Sufrágio da Mulher tiveram seu início com um grupo de mulheres brancas liberais, que estavam preocupadas em abolir a escravidão e conceder direitos iguais para todas as pessoas, independentemente de raça, classe e sexo. No entanto, quando a Décima Quinta Emenda da Constituição dos Estados Unidos foi ratificada em 1870, concedendo direitos de voto aos homens africanos, embora negando privilégio para as mulheres, as mulheres brancas em particular, as atitudes daquelas mulheres brancas em relação aos pretos mudaram. Desapontadas, tendo assumido que a sua benevolência para assegurar a plena cidadania do povo africano acabaria por beneficiá-los, a sua resposta foi uma reação racista tanto à Emenda quanto aos Africanos. Assim, um movimento organizado entre as mulheres brancas da década de 1880 mudou o pêndulo de uma postura liberal para uma radicalmente conservadora (HUDSON, 1998, p.6).

Enquanto algumas mulheres pretas adotaram o feminismo ,devido à ausência de um quadro alternativo e adequado para as suas necessidades individuais como mulheres africanas ,porém é importante dizer que elas estão reavaliando as realidades históricas e a agenda desse movimento feminista moderno, outras bravamente se firmaram e expuseram uma total rejeição ao mesmo(HUDSON,2019, p.159).

É verdade que a vida doméstica tinha uma imensa importância na vida social de escravas e escravos, já que lhes propiciava o único espaço em que podiam vivenciar verdadeiramente suas experiências como seres humanos. Por isso –

e porque, assim, como seus companheiros, também eram trabalhadoras -, as mulheres negras não eram diminuídas por suas funções. A importância da vida doméstica para as famílias negras trabalhadoras -, as mulheres negras não eram diminuídas por suas funções domésticas, tal como acontecia com as mulheres brancas (...) Nos limites da vida familiar e comunitária, portanto, a população negra conseguia realizar um feito impressionante, transformando a igualdade negativa que emanava da opressão sofrida como escravas e escravos em uma qualidade positiva: o igualitarismo característico de suas relações sociais. (Davis, p.29-30).

O marco do feminismo negro geralmente é apontado a partir do discurso de Sojourner Truth ⁶(andarilha da verdade) na Convenção dos direitos das mulheres nos EUA. Ao fazer a pergunta: “Não sou eu uma mulher?” Sojourner revela as demandas das mulheres negras que não eram refletidas no discurso feminista da época nas lutas feministas do final do século XIX. Segue abaixo:

Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros (negroes) do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho. Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu ari e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”). É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida? Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de conserta-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem. Agradecida a vocês por

⁶ Sojourner Truth nasceu escravizada em Nova Iorque, sob o nome de Isabella Van Wagenen, em 1797, foi tornada livre em 1787, em função da Northwest Ordinance, que aboliu a escravidão nos Territórios do Norte dos Estados Unidos (ao norte do rio Ohio). A escravidão nos Estados Unidos, entretanto, só foi abolida nacionalmente em 1865, após a sangrenta guerra entre os estados do Norte e do Sul, conhecida como Guerra da Secessão. Sojourner viveu alguns anos com uma família Quaker, onde recebeu alguma educação formal. Tornou-se uma pregadora pentecostal, ativa abolicionista e defensora dos direitos das mulheres. Em 1843 mudou seu nome para Sojourner Truth (Peregrina da Verdade). Na ocasião do discurso já era uma pessoa notória e tinha 54 anos. A versão mais conhecida foi recolhida pela abolicionista e feminista branca Frances Gage e publicada em 1863 (PINHO,2014).

me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer. (THURT,1851).

Tomei como ponto de partida para construção desse capítulo um tecido textual como uma colcha de retalhos, utilizando, para emendar suas partes os conceitos feministas e os conceitos mulheristas buscando dialogar com o Matriarcado Africano descrito por Diop.

O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras. Diversas premissas fundamentam essa definição em construção. Primeiro, a definição sugere que é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras (Berger & Luckmann, 1996; Mannheim, 1954).

Um dos elementos do feminismo negro são às práticas de nomeação: importância de nomear o conhecimento desenvolvido nas análises efetivas por mulheres negras.

Enquanto o pensamento feminista negro pode ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres negras. Em segundo lugar, a definição assume que mulheres negras defendem um ponto de vista ou uma perspectiva singular sobre suas experiências e que existirão certos elementos nestas perspectivas que serão compartilhados pelas mulheres negras como grupo. Em terceiro lugar, embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, região, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras tem resultado em diferentes expressões desses temas comuns. Portanto, temas universais que são incluídos nos pontos de vista de mulheres negras podem ser experimentados e expressos de forma distinta por grupos diferentes de mulheres afro-americanas. Por último, a definição pressupõe que, embora o ponto de vista de mulheres negras exista, seus contornos podem ainda não se dar de forma clara para as próprias mulheres negras. Logo, um papel para mulheres negras intelectuais é o de produção de fatos e de teorias sobre a experiência de mulheres negras que vão elucidar o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras. Em outras palavras, o pensamento feminista negro contém observações e interpretações sobre a condição feminina afro-americana que descreve e explica diferentes expressões de temas comuns (COLLINS,2016, p.101).

Em contrapartida, Julia Hare, notada psicóloga preta, expressou sua rejeição ao feminismo em *Questões negras no ensino superior* (1993 apud Hudson, 2019, p.159):

As mulheres que se dizem feministas pretas precisam de outro conceito que possa descrever quais são as suas preocupações. O feminismo negro não é uma palavra que descreve a situação das mulheres pretas. A raça branca tem um problema de mulher porque as mulheres eram oprimidas. Os pretos tem

um problema de homem e mulher porque os pretos são tão oprimidos quanto suas mulheres (HARE,1993).

Sendo assim, há uma crítica do Mulherismo africano no que diz respeito ao Feminismo seja ele o branco ou o negro. Aqui tomarei como exemplo a reflexão de Nah Dove:

Teorias pertencentes à natureza particularizada das experiências das mulheres africanas têm sido largamente insuficientes. Os relacionados com a tradição feminista, tanto branca quanto negra, criticavam as condições sociais das mulheres no seio das sociedades europeizadas e buscavam soluções dentro de paradigmas europeus. (...) Eu especificamente abordo a cultura como arma de resistência e como base para a definição de uma nova ordem mundial. Enfatizo a validade das experiências de mães, que olham para a sua reAfricanização como a solução para as desafiantes estruturas sociais de mães, que olham para a sua reAfricanização como a solução para as desafiantes estruturas sociais alienígenas e inadequados valores e comportamentos entre homens e mulheres Africanos. À luz disto, eu uso o termo Africano para definir povos Africanos e sua diáspora, porque há uma crença de que nós, apesar de nossas experiências diferentes, estamos ligados à nossa memória cultural e espiritualidade Africana e podemos a qualquer momento nos tornarmos conscientes de sua importância para nossa Africanidade e futuro (DOVE, 1998, p.4).

As mulheres de periferia teriam voz, poderíamos reconhecer nessas matriarcas seu lugar de fala⁷ de alguém que sabe do que está falando por viver esse cotidiano todos os dias, o Matriarcado seria reconhecido em todos os setores, poderíamos presenciar a comunhão entre homens e mulheres em busca de dias melhores.

Nessa perspectiva, o sistema matriarcal coerente é aquele em que a mulher e o homem dialogam juntos, existe a colaboração de ambos os sexos, tendo a mulher um papel de protagonismo que é aceito, entendido e respeitado pelo homem.

Verifico então, essa relação da mulher para construção de uma sociedade, referendando a expressão “uma sobe e levanta a outra”, cujo objetivo é que sejamos unidas e que isso aconteça em todos aspectos. Me pego a pensar sobre o fato de não termos irmandade entre nós mulheres negras. Será que fomos tão impregnadas dessas teorias europeias que não conseguimos enxergar que unidas temos mais forças e sim e principalmente de todo legado de quem nos antecedeu? Temos obrigação de honra-las e exaltar sua importância.

⁷ No Brasil, o termo foi popularizado através de seu sentido utilizado na sociologia pela filósofa Djamila Ribeiro, por seu livro *O que é lugar de fala?*. Segundo a autora, embora não negue o aspecto individual, o lugar de fala confere uma ênfase ao lugar social ocupado pelos sujeitos numa matriz de dominação e opressão, dentro das relações de poder, ou seja, às condições sociais (ou *locus* social) que autorizam ou negam o acesso de determinados grupos a lugares de cidadania (RIBEIRO,2017).

Por mais que isso pareça muito pouco diante do que temos vivido esse reconhecimento estrutural traria a normalização do papel político da mulher na sociedade. Estaríamos resgatando suas escrevivências e as mesmas agiriam de forma colaborativa trazendo um reconhecimento de um grupo que foi obrigado a acreditar que sempre estaríamos a margem. Acima de tudo nos faria identificar muitos dos questionamentos que perpassam o nosso cotidiano.

A escrevivência surge como proposta de podermos nos inserir como exemplos empíricos dessa vivência matriarcal, como forma de acentuar o tanto dessa memória ainda é presente, tanto quanto o legado de resistência é necessário à luta em razão do conceito de superioridade patriarcal euro-institucionalizado pela colonização e pelas práticas racistas (TAVARES, LESSA, NOGUEIRA,2019,p.2).

Por fim, concluo com uma vivência de minha avó materna Isabel, que foi uma bela gestora de sua família, todos seus filhos ganharam uma casa no terreno em que ela morava. Hoje ela não está mais entre nós, mas seus filhos e filhas em sua maioria levam seus cônjuges pra morar no terreno de minha avó Isabel. Até mesmo minha mãe que veio para o Rio de Janeiro cedo sempre teve sua parte de terra reservada. Mesmo sem ter consciência minha avó cumpriu seu papel matriarcal colocando em prática a matrilocidade “contemplando todas as flores” como diria Carolina Maria de Jesus⁸ e potencializando vidas, ensinando aos seus essa prática que fica como legado ancestral.

O conceito de matrilocidade é caracterizado pelo fato que mesmo depois de casado o cônjuge vai morar com a família da esposa ou da comunidade de origem da mesma. É notório o poder que a matriarca tem perante seus filhos; sendo homens ou mulheres mesmo depois de casados vão residir ao lado de sua mãe.

A partir do momento em que começamos a observar, começamos a atentar o quanto as vertentes do matriarcado estão presentes em nossa ancestralidade. E como isso traz uma ressignificação de valores, como bem explica Lélia Gonzalez no livro

⁸ Nascida em Sacramento (MG) em 1914, Carolina Maria de Jesus foi um importante escritora brasileira. Filha de analfabetos, começou a estudar aos 7 anos e precisou largar a escola no segundo ano, mas aprendeu a ler e escrever. Em 1937, sua mãe faleceu, e Carolina decidiu se mudar para São Paulo (SP), onde construiu sua própria casa utilizando madeira, papelão e outros materiais. Para sustentar a família, ela saía à noite para coletar papel, guardando várias revistas e cadernos antigos que encontrava. Em suas folhas, Carolina escrevia sobre sua vida na favela e seu dia a dia, somando mais de vinte cadernos com testemunhos de seu cotidiano. Um desses cadernos deu origem ao seu livro mais famoso, *Quarto de Despejo*, publicado em 1960, traduzido para treze idiomas e vendido em mais de quarenta países. Carolina aspirava se tornar cantora e atriz, mas faleceu em 1977, vítima de insuficiência respiratória. (ARRAES, 2017, p.43)

“*Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...*” ao analisar a estrutura de comunidades negras de resistência ao colonialismo:

Se se pensa no caráter militar das comunidades maroon⁹, articulado com estratégias de sobrevivência, as instituições e os valores mais compatíveis com tais exigências só poderiam desembocar num tipo de organização matriarcal e numa grande valorização das mulheres. Em termos econômicos, elas tiveram um papel fundamental, na medida em que garantiram a produção agrícola da comunidade. Sua participação cotidiana na luta pela sobrevivência, contribuindo em diferentes níveis, fez delas a principal fonte de estabilidade e continuidade grupais(...). Assim sendo, a matrifocalidade foi elemento chave para continuidade das maroon societies (GONZALEZ, 2018, p.339).

A Matrifocalidade é um dos elementos que compõe o Matriarcado Africano. Nela percebe-se a figura feminina exercendo a função principal de uma micro célula social. Essa figura em questão destaca-se pela liderança, organização e poder que exerce em sua comunidade. O princípio básico de cuidar de todos os outros membros do grupo é o objetivo principal. Toda e qualquer decisão passa necessariamente por seu aval e concessão.

A Matrifocalidade ressalta a figura de uma pessoa que é a cuidadora, independente do vínculo genético, ela não é necessariamente a mãe biológica, mas é quem cuida e nutre o grupo. Pode ser também uma tia, avó, madrinha que cuida da casa e das crianças para a mãe trabalhar e / ou estudar.

O Matriarcado sob o ponto de vista Africano como uma forma de organização social trata de formas de conhecimento e valores sociais da mulher associados ao seu poder vital.

De acordo com Cleonora Hudson o Mulherismo africano defende a automeção como uma das preliminares para sobrevivência humana, isto é, a força e a estrutura da sociedade e seus componentes. Surge como um movimento de resgate das práticas matriarcais africanas, de modo que se apresenta como uma compreensão da nossa

⁹ Uma comunidade maroon típica na fase inicial geralmente consiste em três tipos de pessoas. A maioria deles eram escravos que fugiram logo depois que eles saíram dos navios. Eles se recusaram a aceitar a escravidão e muitas vezes tentaram encontrar maneiras de voltar para a África. O segundo grupo eram escravos não qualificados que trabalhavam em plantações há algum tempo. Esses escravos eram geralmente ajustados ao sistema escravo, mas haviam sido abusados pelos proprietários das plantações, com brutalidades excessivas, mesmo quando comparadas aos padrões normais. Outros fugiram quando estavam sendo vendidos de repente para um novo dono. O último grupo de maroons era geralmente escravo qualificado com ideais particularmente fortes contra o sistema escravo (RICHARD, 1973, p.25).

mulheridade, como podemos nos autonearmos, isto é, fazer uma auto análise a partir de nossas próprias narrativas e das práticas de nossas ancestrais. Quais são as demandas que nos afligem enquanto mulher preta? Como isso repercute em nossas famílias?

Segundo a autora, o Mulherismo Africano, consiste em práticas de autonegação e a autodefinição, irmandade genuína, força, em convergência com a luta do homem, plenitude, autenticidade, flexibilidade nos papéis sociais, respeitabilidade, ambição, maternagem e carinhosidade (HUDSON, 2019, p.162).

Senão, somos consideradas mulheres, posto que, o feminismo mesmo tentando resgatar nossa representatividade não dá conta, usaremos o Mulherismo como ferramenta de reconhecimento de nosso valor ancestral através de nossas vivências sendo desenhados por nossas próprias mãos reforçando o legado de nossa ancestrais.

Com base nos estudos feitos para este TCC percebo que matriarcado e Mulherismo estão diretamente interligados. O Mulherismo aproxima e retoma o matriarcado quando autoras mulheristas como Nah Dove, Cleonora Hudson, Anin Urasse, Aza Njeri, Katiúscia Ribeiro entre outras propõem uma autonegação das mulheres negras africanas e em diáspora.

“Mulherismo Africana” porque nossa existência não pode ser nomeada e definida a partir da inclusão do adjetivo “negro” em paradigmas, teorias, epistemologias, cosmologias, semiologias... Que nos são alheias e que advém dos responsáveis pelo nosso genocídio. “Mulherismo Africana” porque as nossas construções políticas não podem ser tratadas como um recorte, e não podemos mais permitir que o nosso povo seja descrito como uma variável de análise. A centralidade da experiência africana é um dos pressupostos da Afrocentricidade e do paradigma Mulherista Africano, e essa centralidade inicia-se pela escolha A crítica mulherista ao feminismo e do paradigma Mulherista Africano, e essa centralidade inicia-se pela escolha do nome e da definição. Vale ressaltar, ainda, que não se trata de uma mera disputa de conceitos. A palavra, na África, pode não só curar como também matar, porque é carregada de uma força vital importante (MUNANGA, 2009). Assim, estamos falando de nosso posicionamento no mundo, da definição de nosso eu-coletivo. Resta-nos refletir, então, se as palavras com as quais nos nomeamos e definimos têm refletido força vital de cura coletiva ou contribuem para o ontogicídio desencadeado e perpetuado pelo sistema de opressão branca (URASSE, 2019, p.305).

Entendo o Mulherismo como uma autonegação, porque tomo como uma autoanálise, isto é, uma nova chance de nos identificarmos enquanto indivíduo e de sabermos pra onde devemos ir. A importância do nome em nossa sociedade é muito

forte, é através dele que somos identificados enquanto sujeitos. Em rituais religiosos de matriz africana a nomeação é um ritual sagrado.

Essa nova avaliação surge de nossas próprias demandas que vão de alguma forma possibilitar um posicionamento objetivo do nosso papel na sociedade. Estaremos a caminho do reconhecimento da importância de toda trajetória da mulher para a formação social e assim dos que as rodeiam e das comunidades das quais fazem parte. Resultando na emancipação das comunidades periféricas.

Todas essas ações são pautadas a partir de uma perspectiva Afrocêntrica, na medida em que esta permite um novo olhar, baseado em um novo paradigma. (MAZAMA,2014).

A mulherista Anin Urasse define os princípios fundamentais do Mulherismo que é identificado nas práticas das mulheres de periferia. Bebendo da tese de Urasse (2019), são características reais, palpáveis e observáveis presentes nas comunidades periféricas:

terminologia própria e autodefinição; centralidade na família; genuína irmandade no feminino; fortaleza, unidade e autenticidade; flexibilidade de papéis, colaboração com os homens na luta de emancipação e compatibilidade com o homem; respeito, reconhecimento pelo outro e espiritualidade; respeito aos mais velhos; adaptabilidade e ambição; maternidade e sustento dos filhos. Os princípios acima descritos, longe de prescrições teórico-normativas, são características reais, palpáveis e observáveis nas comunidades africanas em geral, seja no continente, seja na diáspora (URASSE, 2019, p.303).

O matriarcado contribui para essa prática quando nos legitima. É explícito que toda a história da humanidade se dá numa base matriarcal, sendo assim, estamos respaldadas em lugar de liderança e respeitadas como tal.

Meu objetivo é propor a identificação do protagonismo das mulheres de periferia, suas práticas nas questões do dia a dia no que diz respeito não somente aos afazeres domésticos, de modo a reconhecer características matriarcais, sendo elas mães, tias, avós ou madrinhas que marcaram a história de muitas civilizações.

Desde a antiguidade, como líderes espirituais, militares e políticas, os papéis das mulheres têm sido fundamentais no esforço para assumir o controle de terras, recursos e energias da ocupação estrangeira. Não surpreendentemente, alguns estudiosos têm trazido isto à luz. As primeiras evidências do papel da mulher na defesa da África saem da história etíope das Candaces, que eram mulheres governantes. Após a conquista grega de Kemet, os romanos haviam tomado o controle em 30 a.C. Sua tentativa de dominar Cush (Etiópia) falhou como resultado das habilidades militares e políticas das Candaces(possivelmente Amanirenas). Na verdade, nem os gregos, nem os

romanos conseguiram conquistar Cush (Finch, 1990). Estas guerreiras levantaram-se continuamente a partir da pré-escravização à pós-escravização por séculos, até hoje, no Continente, no Caribe, na América do Norte e Sul. Formas de resistência variaram do heroísmo individual a levantes em massa. Hilliard (1995) fala da necessidade de redescobrir e tornar-se inspirado pelos incontáveis atos de bravura que devem ser ressuscitados da nossa memória cultural. O acúmulo desses atos pode ser rastreada historicamente dentro dos movimentos Nacionalistas Negros e Pan-Africanistas, que podem ser vistos como tendo evoluído a partir de encontros violentos iniciais de europeus com os povos africanos (DOVE, 1998, p.18).

É comovente tomar conhecimento que essas práticas perpassam gerações sem que seja na maioria das vezes percebida, porém está enraizado no dia a dia dessas senhoras.

Mediante as escritas dessas autoras é possível enxergar representatividade e protagonismo em nossas ancestrais. Graças às teorias por elas levantadas assegura-se todo protagonismo presente em nossas mães, tias, avós e madrinhas e como suas práticas e escrevivências influenciaram em nossas escolhas e atitudes.

As vivências matriarcais na diáspora se apresentam como forma de resgate de memória coletivas femininas que são reconhecidas na tese de Diop, e essas teses foram espalhadas pelas mulheres africanas que aqui chegaram.

A força dessas práticas matriarcais valida que suas origens tem raízes muito resistentes, pois sobrevivem à sociedade machista, patriarcal, escravocrata que enfrentamos hoje.

Como Diop (1990) disse: "O grau de uma civilização é medido pelas relações entre o homem e a mulher" (p. 175). Assim, qualquer teoria de libertação Africana futura e contínua e ativismo começa com o esforço para recuperar, historicamente e culturalmente, a relação complementar da mulher e do homem como a base para "nossistória" e a auto-determinação. A esta luz, portanto, o womanism africana como teoria Afrocêntrica assume um papel central e fundamental nesse esforço (DOVE, 1998, p.20).

3.2. Reflexões sobre a presença dos valores matriarcais

Em contra partida, constato a disponibilidade de muitas pessoas se empenharem para fortalecer o protagonismo dessas senhoras periféricas. Como suas escrituras não são ouvidas e muitas vezes são ridicularizadas. Isso, reflete diretamente nas crianças na escola que em massa se envergonham do trabalho das mulheres de sua família.

Nesse sentido, é importante tomar consciência desse processo desempoderamento e identificar que não só tem origem com as teorias racistas, mas que muitas vezes pode ser detectado dentro do grupo social do qual fazem parte.

Se as mulheres negras sustentavam o terrível fardo da igualdade em meio à opressão, se gozavam de igualdade com seus companheiros no ambiente doméstico, por outro lado elas também afirmavam sua igualdade de modo combativo, desafiando a desumana instituição da escravidão. Resistiam ao assédio sexual (...), defendiam sua família e participavam de paralisações e rebeliões. (...) Dos numerosos registros sobre a repressão violenta que os feitores infligiam às mulheres, deve-se inferir que aquela que aceitava passivamente sua sina de escrava era a exceção, não a regra (DAVIS, 1981, p.31).

O conceito de Mulherismo africano é uma filosofia que está diretamente ligado à família e não somente a um grupo específico (mulheres). As mulheristas propõem a automeação visando um empoderamento social e não um empoderamento feminino.

Elas acreditam na feminilidade, na família e na sociedade. Sua luta é elevar esses atributos, não repudiá-los. O homem e a mulher africana sempre foram parceiros complementares e, para que haja um empoderamento econômico e uma sobrevivência africana, os dois precisam trabalhar juntos, como sempre fizeram" (AGOAWIKE,1992)

As mulheres de periferia precisam com urgência escrever suas histórias, pois através delas permitirão que os que estão a caminho possam sobreviver. Precisamos tomar conhecimentos de suas histórias pelas suas próprias vozes. No entanto, não deve ocorrer como uma forma de superioridade mas sim como uma memória viva que deve

ser compartilhada. Pois, através de suas vivências muitos tomarão conhecimento de quem são e passarão a se reconhecer e a ter orgulho dessa identidade.

(...) o Mulherismo africana no Brasil busca o equilíbrio de um povo a partir do papel matriarcal e materno-centrado, ou seja, traz à tona o papel das mães africanas como líderes na luta pela recuperação, reconstrução e criação da integridade cultural negra, que defenda os princípios keméticos de Maat, de reciprocidade, equilíbrio, harmonia, justiça, verdade, integridade e ordem. É essencial ressaltar que a abordagem materno-centrada não necessariamente está ligada à gestação físico-uterina, mas, sim, a todo um conjunto de valores e comportamentos de gestar potências. Quando partimos de uma realidade de gestar a potência, estamos definindo a luta mulherista como a possibilidade de reintegrar as vidas pretas destroçadas pelo racismo de cunho integral (NJERI, RIBEIRO, 2019, p.600).

Como citado no início desse trabalho também tomei com referência para o desenvolvimento do mesmo os escritos de Lélia Gonzalez.¹⁰ É fato que a própria se autodenomina como feminista. E de acordo, com tudo que foi relatado até o momento não se encaixaria nesse trabalho. Porém, minha interpretação para essa mulher excepcional é de uma feminista- mulherista porque ao ler Lélia identifiquei a todo momento seu engajamento no protagonismo da mulher negra. Em todas as suas obras das quais tomei conhecimento, através de seu modo bem peculiar de escrever, ela relata toda a importância do protagonismo das mulheres e como isso irá refletir no restante das pessoas que com elas convivem.

Dentro do momento político em que estava inserida ela a todo momento estava fazendo a autonegação das mulheres de periferia, fala dessas senhoras com muito respeito e conhecimento.

As escritas de Lélia me remetem ao ensaio de Glória Anzaldúa “ *Falando em línguas : uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*”(2000), pois reconheço em Lélia uma chamada para nós mulheres negras nos posicionarmos, falar do que nos aflige, seja através da escrita ou da oralidade temos que nos expressar por nós

¹⁰ Filha de um operário e de uma empregada doméstica, Lélia de Almeida nasceu na cidade de Belo Horizonte/Minas Gerais, em 1º de fevereiro de 1935. O sobrenome Gonzalez foi herdado do espanhol Luiz Carlos Gonzalez, com quem se casou no final da década de 1960 (RATTS; RIOS, 2010, p.55). Apesar das dificuldades, em 1954, Lélia Gonzalez concluiu o Ensino Médio no Colégio Pedro II, tradicional instituição de ensino carioca. Quatro anos depois, graduou-se em História e Geografia. Em 1962, tornou-se bacharel em Filosofia pela Universidade Estadual da Guanabara, atual UERJ. Como professora universitária, lecionou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Gama Filho, também na capital fluminense (VIANA, 2006, p. 49).

mesmas exercitar a escrita é um ato doloroso porque podemos reconhecer em nossos relatos nossos fantasmas, nossas maiores fragilidades.

Escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla. Porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida (ANZALDÚA,2000, p.234).

Lélia fez isso por nós ao falar do núcleo familiar e da atuação da mulher negra junto aos seus.(GONZALEZ,1982,p.103) Para Lélia essas mulheres são exemplares inclusive, para as lutas das feministas negras ”pois apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder”(ibid,104).

Concluo minha interpretação sobre as ações de Lélia através da citação de Glória Anzaldúa:

Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas. Vocês são as profetisas com penas e tochas. Escrevam com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem mordanças abafar suas vozes. Ponham suas tripas no papel. Não estamos reconciliadas com o opressor que afia seu grito em nosso pesar. Não estamos reconciliadas. Encontrem a musa dentro de vocês. Desenterrem a voz que está soterrada em vocês. Não a falsifiquem, não tentem vendê-la por alguns aplausos ou para terem seus nomes impressos (ANZALDÚA,2000, p.235).

Neste tópico irei relatar através das minhas experiências em sala de aula enquanto professora sobre quais trocas recebi ao propor trabalhos que retratem a importância das mulheres negras e periféricas para formação da nossa sociedade.

Início a partir de um trabalho feito por uma amiga professora da educação básica numa escola privada para qual fui solicitada para ajudar na pesquisa. A proposta do projeto era para uma turma de quinto ano do ensino fundamental e o tema do trabalho foi denominado “mulheres do Brasil”, no entanto, o enfoque seria para personalidades negras e assim contribuir com base no conhecimento adquirido.

Indiquei como texto de referência o livro “*Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis*” de Jarid Arraes. A ideia foi fazer uso dos cordéis para que os estudantes apoiados no material tomassem conhecimento de heroínas como: Dandara, Eva Bonsucesso, Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Esperança Garcia, entre outras. Com o intuito de trazer para o conhecimento dos estudantes as atuações dessas

mulheres na sociedade na época em que viveram, buscamos evidenciar que mesmo diante de todas as divergências protagonizaram suas histórias e transgrediram as regras impostas. Farei o breve relato da trajetória dessas mulheres como forma de valorização do legado histórico por elas deixados para que seja do conhecimento de todos.

Dandara era parceira do guerreiro Zumbi, com quem teve três filhos. Não há muitos dados sobre sua trajetória e por esta razão sua história é cercada de controvérsias. Muitos dizem que Dandara lutava capoeira e combatia nos diversos ataques a palmares no século XVII em Alagoas. Não se sabe se nasceu no Brasil ou na África, no entanto, a mesma sempre lutou contra a escravidão e participou ativamente na resistência do Quilombo. Em 1678, Ganga Zumba líder de palmares fez um acordo com o governo de Pernambuco que prometia libertação dos prisioneiros e o livre comércio, em troca da devolução de escravos fugitivos. Dandara e Zumbi não concordaram, e Zumbi assumiu a liderança de Palmares após a morte de seu tio e Dandara suicidou-se para morrer em liberdade e não como escrava (ARRAES,2017, p.53).

Eva Maria do Bonsucesso era uma negra alforriada que trabalhava como quitandeira no Rio de Janeiro, montou seu tabuleiro numa calçada na região de Bonsucesso, quando uma cabra tangida por um escravo levou uma penca de bananas e um maço de couves. Eva perseguiu a cabra com o intuito de recuperar suas mercadorias quando foi surpreendida pelo dono do animal, o senhor branco José Inácio de Sousa que a esbofeteou. Eva revidou a agressão e foi parar na justiça, porém trinta pessoas depuseram a seu favor. Sendo assim, Eva foi um caso raro de uma mulher negra que conseguiu vencer um caso contra um senhor branco, que acabou sendo preso (ARRAES,2017, p.73).

Maria Firmina dos Reis é considerada a primeira romancista brasileira, e também fazia composições musicais e poesias. Nasceu na Ilha de São Luís (MA) e mudou-se em 1830 pra São José de Guimarães, onde começou a estudar de forma autodidata. Aos 22 anos, tornou-se a primeira concursada do estado do Maranhão. Maria Firmina escrevia seu próprio romance, *Úrsula*, enquanto trabalhava que foi publicado em 1959 como primeiro romance abolicionista e primeiro romance escrito por uma mulher negra no Brasil. Aposentou-se em 1888 e fundou uma escola gratuita para meninos e meninas, que seria fechada mais tarde devido ao machismo da época. Atuou como ativista na campanha abolicionista e escreveu obras antiescravistas até seu falecimento em 1917, no município de Guimarães (ARRAES,2017, p.113).

Esperança Garcia foi escravizada e alfabetizada ilegalmente por padres jesuítas. Após a expulsão dos jesuítas, Esperança foi levada da Fazenda do Algodões, onde vivia com seu marido e filhos, pra uma fazenda no Piauí, sob a administração do governo, para trabalhar como cozinheira. Em 1770, escreveu uma das mais antigas cartas de denúncia de maus tratos contra escravos, dirigida ao Presidente da Província de São José do Piauí. Na carta, Esperança descrevia à Fazenda dos Algodões com o objetivo de batizar sua filha. Até hoje não se sabe se seu pedido foi atendido (ARRAES,2017, p.63).

O auxílio para esse projeto me fez reconhecer que afrocentricidade já dava seus primeiros passos, como é mencionado no capítulo do livro *“Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora.”* (2009, Cap.1. p.43)

No Brasil, há registros de várias vozes, entre eles a “Carta da escrava Esperança Garcia do Piauí, escrita por ela mesma” (Ferreira 2008), encontrada no Arquivo público do Piauí. Trata-se de um texto pequeno escrito em forte e comovente estilo próprio. A autora é eloquente em sua denúncia “ousando” dirigir-se diretamente ao Governador da Capitania do Piauí para apresentar suas queixas contra o administrador das fazendas reais. O manuscrito de Esperança Garcia faz desmoronar os estereótipos acerca da submissão supostamente “natural” dos negros, propagados pelo discurso colonial e pela história oficiosa, além de lançar por terra o falso mito da convivência pacífica ou da “democracia racial” que caracterizaria o cativo africano no Brasil (Ferreira,2008,p.97) Outra voz é da escritora, educadora e compositora Maria Firmina dos reis, nascida no Maranhão em 1825. Maria Firmina em sua literatura, dava um “tratamento absolutamente inovador ao tema da escravidão no contexto do patriarcado brasileiro”. (DUARTE,2004,p.286). Além de escrever poesia, ficção e crônicas, fundou a primeira a escola mista e gratuita do estado e compôs um hino para a abolição da escravatura (NASCIMENTO,2009, p.43).

O que espero como prática afrocêntrica é ter o compromisso de comunicar o conhecimento do povo africano enquanto agente em suas histórias e narrativas. A narrativa dessas mulheres traz a afrocentricidade como um novo paradigma como bem relata Ama Mazama:

O paradigma afrocêntrico busca redefinir nossas propriedades de estudo e pesquisa e, de modo mais geral, nossas opções de vida, de maneiras que nos beneficiem. Devemos lembrar que o propósito final da afrocentricidade é a libertação dos africanos. O que se necessita urgentemente é de um espaço seguro e conceitualmente estável, que, afirmam os afrocentristas, deve basear-se nas melhores e mais antigas tradições africanas e ser ativado por uma vitoriosa consciência africana (MAZAMA,2009,p.127).

A proposta final do trabalho era a construção de um mural com as fotos das personalidades escolhidas pelos estudantes e eles escolheram: Carolina Maria de Jesus, Dandara, Tereza de Benguela e outras que não faziam parte do livro como Dona Ivone Lara, Leci Brandão entre outras.

Tereza de Benguela viveu no Mato Grosso. Após o falecimento de seu marido, José Piolho, chefe do Quilombo de Quariterê, Tereza se tornou uma rainha quilombola. Ela mantinha um sistema de troca de armas e comandava toda administração, economia e política do quilombo, onde também desenvolviam agricultura de algodão, dominavam o uso da forja e comercializavam tecidos e alimentos. Os negros e indígenas sob sua liderança resistiram à escravidão por vinte anos, até 1170, quando o quilombo foi destruído. Em sua homenagem o dia 25 de julho foi instituído Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra (ARRAES,2017, p.143).

O mais prazeroso em observar esse trabalho foi tomar conhecimento da percepção dos estudantes com relação ao protagonismo dessas mulheres, seus valores matriarcais, suas características mulheristas baseadas na afrocentricidade mesmo sem conhecimento algum desses conceitos.

A prática de uma professora da educação básica reforçou minhas ideias sobre a importância dos valores matriarcais, como esse conhecimento empodera e valoriza as mulheres periféricas, pois muitas das senhoras que trabalham na escola se sentiram reconhecidas conhecendo a história das mulheres do mural.

O reconhecimento foi muito além disso, pois muitas distinguiram o que suas mães fizeram para que ali estivessem praticando seu trabalho com a finalidade de educar seus filhos e gerir suas famílias.

Fazer parte dessas experiências só impulsiona falar da importância do matriarcado e de como nossas mães, tias, avós e madrinhas estão inseridas nesse contexto como seus cotidianos estão diretamente ligados a essa filosofia, pois são responsáveis por gerir a vida de outros.

Inúmeros são os exemplos que podemos elencar, desde parteiras e erveiras, às tias que cuidam dos erês em suas próprias casas, nas comunidades periféricas, para que os pais possam trabalhar, educadores que gestam a potência de seus alunos etc. (NJERI, RIBEIRO p.601).

Logo, usar o matriarcado como ferramenta de autonomação não é exclusivo das mulheres que têm o poder de gerar vidas, mas sim e principalmente de quem gere

potências, ou seja, quem possibilita que outros indivíduos se reconheçam enquanto pertencentes a essa sociedade. Logo, podemos destacar as tias, madrinhas e tantas outras que seja qual for a razão não tiveram filhos, mas são responsáveis por várias vidas nas comunidades de que fazem parte, quando estão cuidando de muitos, enquanto seus pais estão no trabalho.

Há vários caminhos percorridos pelo matriarcado e estes são simples e fazem parte do dia a dia de muitas de nós. Ter consciência de quanto tempo levamos para identificar esse legado em nossas vidas e como foi forçado esse apagamento de memória, essa desqualificação de vivências, é doloroso, mas o objetivo é transformar esse desconforto em atitudes práticas para seguir adiante.

Por meio da conscientização podemos começar um reconhecimento social que irá respingar em todos, socialmente seremos autoras de nossas próprias histórias, encontraremos reconhecimento e representatividade.

Vamos reconhecer essas mulheres que são a base da nossa estrutura social não somente como mães pretas como diz Lélia Gonzalez e sim como matriarcas no papel de liderança dos seus, gestando novas oportunidades, apresentando novos caminhos e sempre presentes dando apoio.

As mulheres de periferia permanecerão sendo a base da sociedade, porém não carregando o fardo nas costas, mas sim para narrar suas histórias e de suas famílias.

A escola será uma das vias para que esse acesso aconteça da melhor forma possível, posto que, hoje temos muitas ferramentas para explicar as escrevivências dessas senhoras.

É indispensável tomar conhecimento que esse legado é longínquo vem de muito tempo e constitui uma raiz forte de nossa ancestralidade africana e que sempre esteve presente, apesar da tentativa em apagar de nossas mentes.

Sou consciente da dificuldade que encontramos para colocar em prática essas ações, mas me fortaleço graças às que me antecederam e às autoras mulheristas que estão atuantes na luta pela visibilidade da mulher africana e diaspórica.

Tem que ser feita uma inversão de caminhos. Não é justo que nossas ancestrais enterrem suas crias. A nossa herança ancestral é pautada na valorização do passado, o nosso saber reside nos nossos mais velhos.

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de

serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, “mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país.) (GONZALEZ,1984.p.231).

Isso pode ser recuperado por meio da nossa autonegação enquanto mulheres pretas. Devemos e vamos continuar sendo a base da sociedade, porém, com o domínio de nossas ações não seremos mais subalternizadas. Porque através da nossa afrocentricidade estaremos colocando em prática nossas vivências e nossas escrevivências também.

Logo, o que proponho com esse trabalho não é nenhuma novidade, mas sim práticas e militâncias de autoras extraordinárias que resolveram compartilhar a partir de suas escritas um novo paradigma para condição social da mulher negra e diaspórica.

O intuito foi fazer com que essas senhoras entendam que suas vidas estão marcadas de ancestralidade, e que isso vem de longa data, que toda e qualquer atitude que põem em prática está impregnada de ancestralidade, trazida por nossas mais velhas. Somos o espelho das que nos antecederam.

É preciso tomar conhecimento para que isso não fique somente na oralidade, temos que falar e agir, seja em encontros, escritas, contação de histórias, seminários, etc. Através de nossas práticas pedagógicas, temos que trazer esse novo paradigma (MAZAMA,2009). Sermos ouvidas e falarmos por nós mesmas. Nossas dores e nossas feridas são muito específicas e tem que ser curadas pelos nossos.

Não temos mais que pedir licença temos sim que ser ouvidas, fazendo uso das ferramentas que temos em mãos apoiando nossas irmãs praticando a filosofia UBUNTU¹¹, sendo consciente que essa não é uma luta individual e sim de um grupo , tão importante quanto uma mãe, tia, avó, madrinha na periferia gerencia a vida dos seus e dos filhos das vizinhas, como quando as mesmas estão sendo as mães pretas da branquitude.

¹¹ Ubuntu é a raiz da filosofia africana. A existência do africano no universo é inseparavelmente ancorada sobre Ubuntu. Semelhantemente, a árvore de conhecimento africano deriva de Ubuntu com o qual é conectado indivisivelmente. Ubuntu é, então, como uma fonte fluindo ontologia e epistemologia africana. Se estas últimas forem as bases da filosofia, então a filosofia africana pode ser estabelecida em e através de Ubuntu. Nosso ponto de partida é que Ubuntu pode visto como base da filosofia africana. Para além de uma análise linguística de Ubuntu, um argumento filosófico persuasivo poderá criar toda uma “atmosfera familiar” que é um tipo de afinidade filosófica e um parentesco entre o povo nativo da África. Sem dúvida, teremos variações entre esta ampla “atmosfera familiar” filosófica. Mas o sangue circulando entre os membros da “família” é, na base, o mesmo. Neste sentido, Ubuntu é a base da filosofia africana (RAMOSE,1999, p.49).

É interessante constatar como, através da figura da “mãe-preta”, a verdade surge da equivocação (Lacan, 1979). Exatamente essa figura para a qual se dá uma colher de chá é quem vai dar a rasteira na raça dominante. É através dela que o “obscuro objeto do desejo” (o filme do Buñuel), em português, acaba se transformando na “negra vontade de comer carne” na boca da moçada branca que fala português. O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como quem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí fora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve pra parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe (GONZALEZ,1984, p.235).

Muitas barreiras tem que ser quebradas essa automeação não será efetiva senão tomarmos como ponto de partida nossa família, nossos pares e nossos companheiros. É uma luta coletiva e só por meio dessa coletividade o êxito será alcançado.

Inúmeros são os exemplos, no continente ou na diáspora, do lugar social de prestígio das mulheres pretas antes e depois da influência colonialista. Da mitologia à literatura africana atual, o lugar de destaque da mulher africana é inquestionável. Nos diversos capítulos da história, lá estamos nós: líderes, quilombolas, guerrilheiras, insubmissas, tendo homens africanos como nossos companheiros. Não há dúvidas de que a emancipação do nosso povo só se dará com homens e mulheres em colaboração (URASSE,2019,p.308).

O proposto nesse trabalho foi a valorização do Matriarcado Africano para a educação e hoje podemos dar graças, pois temos muitos estudos de excelência que dão corpo a esse trabalho. Como o da professora Marta Ferreira em seu trabalho chamado *Fontes tradicionais para uma pedagogia nos terreiros da baixada fluminense* (Ferreira, 2016) que, a partir das escrituras de uma matriarca da qual ela faz parte do ciclo familiar religioso pode desenvolver através do registro de narrativas novas possibilidades de aquisição de conhecimento para um público periférico e marginalizado pertencente a um segmento religioso de matriz africana.

Ao tomar como ponto de partida os escritos da sua matriarca religiosa a professora Marta Ferreira possibilitou juntamente com outras mulheres gerir novas

oportunidades para as crianças desse egbé (comunidade). Fez com que brotasse nessas crianças que também são estudantes um empoderamento enquanto ser social.

Este artigo é parte inicial de uma de pesquisa, que se propõe a analisar 244 páginas manuscritas com histórias de òrişá, ìtàn, coletadas nos cotidianos de terreiros de candomblé, por uma mãe de santo, e a produção de conhecimentos nos espaços tempos em que esses ìtàn circulam. Esses escritos de aşé, recebidos como herança por seu filho de santo – hoje, pai de santo –, e as influências dessa herança, servem como fio condutor para essas reflexões iniciais, que têm como base fundante as dinâmicas de repasse e ressignificações dos saberes contidos nessas fontes e na sua própria constituição, tecendo redes de saberes muito além dos muros do terreiro. Construções orais e escritas realizadas em um terreiro de candomblé, no município de Duque de Caxias – RJ, que dialogam com oralidades e escritas desses espaços tempos (FERREIRA, 2016, p.104).

Esse tipo de trabalho afeta de forma direta as pessoas que estão ao redor, legitima e identifica cada integrante dentro do seu espaço social, seja dentro do culto religioso, ou como indivíduo dentro do espaço escolar. O protagonismo anônimo dessa matriarca é reconhecido pela comunidade da qual ela fez parte e possibilitará através de suas narrativas o reconhecimento matriarcal das mulheres que participam desse egbé que muitas vezes sem ter conhecimento perpetuam práticas de sua ancestral mais velha.

É sobre as produções de conhecimentos e a construção de uma epistemologia ancestral que quero debruçar-me (ou ficar de surrão, na linguagem do terreiro), durante a pesquisa. Perceber como os espaços tempos do terreiro perpetuam, produzem tradições e saberes; que esses espaços tempos de religiosidades são ambientes educativos afrodiaspóricos; que as negociações culturais estão presentes a todo tempo e que suas enunciações são potencialidades de afirmações identitárias (FERREIRA, 2016, p.105).

Fazer uso do Matriarcado enquanto uma organização social a partir do olhar das autoras mulheristas com base em uma perspectiva afrocêntrica traz à tona uma diversidade de brechas matriarcais, mesmo que em conceitos gerais o que se viva no Brasil seja definido como sociedade patriarcal. O papel social da mulher ainda que se tenha avançado pelo que chamam de movimento feminista é enraizado de valores matriarcais e antagonizam-se nesse cenário.

Quando o foco é o cenário oriundo do matriarcado em África e o papel de realeza vivenciado pelas mulheres observamos de que as africanas outrora conseguiram se organizar como lideranças em cenário tão precário aos que vieram escravizadas, pode-se entender realmente o que seria uma natureza sagrada de gerir outras potências.

Em termos gerais, quando pensamos nas influências existentes na sociedade brasileira, seja nessas ações de destaque das mulheres; seja nas heranças linguísticas, na alimentação, na religião, na musicalidade, na dança, na vestimenta, nos modos de organização social das comunidades habitadas majoritariamente por negros e pardos, em que a sistemática da relação familiar transcende a estrutura de pai e mãe, em que diversos elementos daquela sociedade podem vir a agir nesse papel paternal e maternal; seja nos exemplos das casas de santo, consideradas unidades tradicionais territoriais, por possuírem nelas o resquício de um pedaço de África reconstituídos por aqueles que nos antecederam e que se mantêm, resistindo e reexistindo, é possível compreender a fala a tese que Diop nos deixou como legado de sua existência (TAVARES, LESSA, NOGUEIRA, 2019, p.9).

Finalizando o trabalho a partir das reflexões acima mencionadas constato a presença indispensável do Matriarcado Africano para a educação, uma vez que, é uma organização social e esta prática se direciona a todos que estão dispostos a gerir novas oportunidades para os que estão ao seu redor. Sendo assim, o papel do professor é essencial porque a partir das narrativas e do seu olhar além do alcance, tomando como premissa situações que acontecem no cotidiano da sala de aula por exemplo: quando uma discente se ausenta por conta de ter se tornado mãe e não pode está presente nas aulas porque precisa cuidar do filho.

Com esse exemplo, o professor pode levar à turma a uma reflexão no sentido de que esta situação não é exclusiva daquela aluna. Fazendo uma retrospectiva de suas vidas irão concluir que é uma prática da mãe de muitos que ali estão. Quantas mães deixaram de estudar para cuidar de seus filhos? Quais valores civilizatórios africanos poderiam ser mobilizados para evitar que a responsabilidade pelos cuidados dessa criança recaia apenas em sua mãe?

Levantar essa questão vai fazer com que os estudantes reflitam sobre a realidade das mulheres de periferia, e como seu cotidiano está ligado à vida deles e como se repete atualmente.

Essa reflexão possibilitará a esses discentes tomar ciência do real valor de suas matriarcas e seus descendentes na história de suas famílias.

Penso nesse trabalho como uma troca de experiências e saberes porque acredito que proporcionará a essas mulheres, pelos estudantes que convivem com elas a representação por meio das narrativas a elas apresentadas.

Essas senhoras de periferia se darão conta que suas práticas e narrativas estão carregadas de ancestralidade e que através de narrativas similares mães, tias, avós e

madrinhas reproduzem ações semelhantes a de grandes heroínas da história no exercício matriarcal com seus pares, familiares e vizinhos, etc.

Sendo assim, esse matriarcado continua sendo exercido de forma congruente com raízes africanas e afrocêntricas. Com o singular desejo de que essas senhoras tomem conhecimento da grandeza dessas práticas e como elas podem fazer a diferença na vida dos estudantes de suas comunidades.

Essa forma organizacional fará a diferença quando trouxer à tona para os discentes que a ausência de uma amiga de classe por conta de um recém-nascido é um problema de todos. Já que é uma prática que está, ou esteve, presente na maioria da história de vida dos mesmos. E de que juntos encontraram uma solução social através das práticas cotidianas que atingem as mulheres de periferia.

O reconhecimento do valor matriarcal viabiliza novas ações para as comunidades de periferia. Os estudantes estarão mais atentos em ouvir as narrativas dessas senhoras, identificarão todo legado das suas raízes e serão incentivados a continuar lutando para diminuir a desigualdade.

Tomarão como responsabilidade colocar em prática a afrocentricidade, o empoderamento e a representatividade para diminuir quiçá acabar com as desigualdades que assolam as comunidades periféricas.

Faremos a inversão de caminhos. Não é justo que nossas ancestrais, nem nós mesmas, enterremos nossas crias. A nossa singular herança ancestral é pautada na valorização do passado, o nosso saber está nos mais velhas.

Isso pode ser resgatado a partir da nossa automeção enquanto mulheres, devemos e vamos continuar como a base da sociedade só que com o domínio de nossas ações não seremos mais subalternizadas, porque por meio da nossa afrocentricidade vamos resgatar nossa ancestralidade e, assim, estaremos e seremos reconhecidas.

A minha geração está de pé para que a farinha de trigo se chame “Tia Anastácia”. Essa é a virada histórica que queremos provocar nesse país. Se você constrói riqueza você tem que ser beneficiado e essa riqueza tem que ser repartida levando em consideração a diversidade étnico racial do país. (Reis¹², 2019).

¹² Vilma Reis desde maio de 2015 é Ouvidora Geral da Defensoria Pública da Bahia, representando a Sociedade Civil. Atuou como técnica de nível superior - Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial - BA, entre 2013 e 2015. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia das Populações Afro-Brasileiras e Sociologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: Raça, Gênero, Juventude, Mulheres Negras, Povos Tradicionais, Direitos Humanos. Doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos do Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - POSAFRO/CEAO-FFCH-UFBA. (LATTES,21/10/2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que me motivou a escolha do matriarcado como uma ferramenta que possibilitará uma revolução social por intermédio das mulheres de periferia? Foi reconhecer à medida que comecei a estudar sobre o assunto pelas vias de Anta Diop, posteriormente a ter contato com o Mulherismo africana pude entender que as demandas das mulheres de periferia estão diretamente ligadas a esses conceitos que existem desde o início da civilização.

Início o trabalho fazendo uma apresentação sobre meu histórico como professora, mulher preta e militante e quais influências me trouxeram até aqui.

Na introdução fiz uma breve biografia sobre Diop , Cleonora Hudson e Nah Dove o que de alguma forma contribuiu para que fique claro a importância dos mesmos para o trabalho proposto.

No segundo capítulo me atentei a apresentar a tese de Diop relatando as diferenças entre matriarcado e patriarcado e como se destacam respectivamente no berço meridional e no berço nórdico. Faço um relato transitório sobre o Bicameralismo surgido no Egito Antigo, o qual expressa o reconhecimento da participação política das mulheres na África desde a antiguidade. Com este exemplo pretendo evidenciar a importância de nos aprofundarmos no conhecimento dessas práticas, a fim de que a participação das mulheres na política e na gestão de nossas comunidades em geral seja reconhecida como uma prática ancestral africana.

No terceiro capítulo falo do Matriarcado africano pelo viés de uma abordagem contemporânea, discorro sobre o protagonismo da mulher a partir da agricultura fazendo um comparativo com as práticas realizadas nos dias atuais.

Este capítulo está subdividido em dois tópicos, o primeiro trata do Matriarcado dialogando com o Mulherismo africana onde abordo o feminismo e suas correntes interagindo com a teoria mulherista. Como em determinado momento aproximam-se e posteriormente cada um segue seu rumo encontrando-se em determinados momentos ao

longo do trabalho. No segundo tópico faço uma reflexão da presença dos valores matriarcais no início do trabalho e narro minhas experiências enquanto professora ao trabalhar a trajetória de algumas heroínas da nossa história e como isso repercute de forma positiva na formação do aluno de forma afrocêntrica e representativa para as mulheres de periferia e como essas e outras práticas aqui descritas proporcionam o reconhecimento do Matriarcado exercido graças a herança ancestral.

A importância dos valores matriarcais demonstra a alegria e o orgulho que temos em sermos mulheres. Somos frutos de uma raiz forte e discreta aparentemente imperceptível, que deu frutos maduros e resistentes. Somos mulheristas graças às nossas mães velhas responsáveis direta ou indiretamente por nossa afrocentricidade. Cada uma de nós carrega a história de uma mulher responsável por nossa chegada, permanência e existência no mundo.

Somos consagradas pelas mãos de nossas matriarcas que nos acolheram, ensinaram e ensinam todos os dias o que é ser mulher na diáspora. A vocês, mães queridas, agradecemos, e sabemos que a jornada é exaustiva mas seguiremos na luta.

Pedimos a benção das senhoras e de todas às outras que nos antecederam e também das que estão por vir. Que possamos honrá-las hoje e sempre nos mantendo fiel à luta, mantendo o legado e passando adiante.

Excelentíssima Senhora Ancestralidade!

O motivo da reverência a ti é somente para agradecer o fato de ter feito dessas senhoras serem nosso melhor exemplo de empoderamento.

Refiro-me ao empoderamento arcaico, sem vícios nem modismos, na verdade, uma força que é passada no olhar, num dia de labuta, nos pés descalços, na saia surrada e no conselho bem dado.

Ah, senhora ancestralidade! Essas senhoras trazem tanto ensinamento dentro de si que não se dão conta, e é isso que as torna seres especiais. Através dos afazeres diários nos ensinam que a sabedoria está na pequenez dos gestos, no calar na hora exata e no opinar quando for solicitado.

Principalmente nos dias atuais em que os modismos alcançaram nossas casas. Sim, essas senhoras são nosso melhor exemplo de empoderamento mulherista. Tanto no dia a dia de labuta no barracão, quanto nos afazeres diários, praticando o matriarcado com os seus e com quem vive à sua volta acompanhadas de muito amor, satisfação e sabedoria. E assim nos representam com simplicidade, coragem e elegância o que é ser mulher nessa sociedade tão desigual e com práticas tão discriminatórias.

O ventre do mundo é africano! O ventre do mundo é regido por matriarcas. A mulher preta tem o sangue da vida, que rege seu Ara (terra sagrada). Cabe a elas o gerenciamento de sua própria perspectiva de mundo, e pensar por essa via não é colocar as mulheres pretas em lugar de subalternidade, é sim dar a elas a centralidade de poder que potencializa a todos, ao verem nela o lugar máximo a ser respeitado (NJERI,RIBEIRO.p.601,602).

REFERÊNCIAS

AGOAWIKE, Angela. **"Queima de sutiã: [Africana] Mulherismo como alternativa para as mulheres africanas.**" *Nigeria tempos diários*, 27 de julho de 1992.

AMADIUNE, Ifa. **A Teoria dos valores Matriarcais de Cheikh Anta Diop como base na Unidade Cultural Africana**, edição Karnak House, 1989.

ANZALDÚA, Glória. "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo." **Revistas estudos Feministas**. Florianópolis, V.8, n1.

ARRAES, Jarid. **Heroínas Negras Brasileiras : em 15 córdeis**. São Paulo: Pólen, 2017

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade :Notas sobre uma posição disciplinar **Afrocentricidade uma abordagem Epistemológica**. Elisa Larkim Nascimento(org)São Paulo: Selo Negro, 2009.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *The social construction of reality*. New York: Doubleday. 1966.

CARMO, Aline Cristina Oliveira do. "Culto aos antepassados e às mães ancestrais: o que podemos aprender com a nossa ancestralidade?" Trabalho de conclusão do curso de extensão em Mitologia Nagô-Yorubá do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2018.

COLLINS, Patricia. "Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento Negro." **Sociedade e Estado**, Abr, vol.31, no.1, p.99-127.

Diallo, Alfa Oumar' Diallo; Cíntia Santos. **"Vida e obra de Cheikh Anta Diop: o homem que revolucionou o pensamento africano"**. Carta datada de 7 de agosto de 1941, Dossier Cheikh Anta Diop, *Archives Nationales du Sénégal*, Dakar.

DAVIS, Angela . **Mulheres, raça e classe** ; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016.

DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África Negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade Clássica**. Angola: Edições Mulemba, 2014.

_____. **Matriarcado Africano**. Organização e Seleção. Medu Neter Livros 2019.

DOVE, Nah. **Mulherisma Africana: Uma Teoria Afrocêntrica**. Universidade Temple
Tradução: Wellington Agudá, 1998.

CANAL PRETO: <https://youtu.be/wZB9T3YapE4>

_____. Verificar fonte da citação de início do TCC.

EVARISTO, Conceição. *Gênero e etnia: uma escrivência de dupla face*. UFPB –
2003

GONZALEZ, Lélia. “Nanny” **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...** Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. 486 páginas. 1ª edição, p.335-342.

_____. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira** In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

_____. **Por um feminismo Latino Americano**. Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino ,nº1. Batalha de Ideias .AfrolatinoAmérica, Brasil, 2011, p.4-20.

_____. **A mulher negra na sociedade brasileira in O lugar da Mulher**, org. Madel T. Luz, Rio de Janeiro, Graal, 1982

JAMES, George G. M. **O legado Roubado**. Afrocentricidade , 2019.

LESSA, Maria; TAVARES, Rosângela; NOGUEIRA, Alexsandra. “Matriarcado africano: o legado das realezas e suas lideranças pós transatlântico”. Trabalho de conclusão do curso de Matriarcado Africano do Instituto Hoju. Rio de Janeiro, 2019.

MAHAMOOD, Saba. **Teoria feminista, agência e sujeito libertário: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito**. Etnográfica volume 10. 1 maio 2006, pp.121-158. Lisboa, Portugal.

MAZAMA , Ama. A afrocentricidade como um novo paradigma. **Afrocentricidade uma abordagem Epistemológica**. Elisa Larkim Nascimento(org) São Paulo: Selo Negro, 2009.

MULHER negra é a base da pirâmide: Especial dia internacional da mulher. In: Canal Preto. 2019. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=wZB9T3YapE4&feature=youtu.be>. Acesso em: 30 maio 2019.

NJERI, Aza; RIBEIRO, Katiúscia. “Mulherismo Africana: Práticas na diáspora Brasileira”, 2019, p.1

NOGUERA, Renato. “O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva”. **Momento: diálogos em educação**, E-ISSN 2316-3100, v. 28, n. 1, p. 127-142, jan./abr., 2019.

OLIVEIRA, Humberto Luiz de Lima. **Panorama histórico da vida, do pensamento e da obra de Cheikh Anta Diop** Editora UFPE, Recife, 2018

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 004, p.1-8 por Juliana Araújo Lopes

PRICE, Richard (1973). **Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas**. Garden City, NY: Anchor Press. p. 25

RAMOSE, Mogobe B. **African Philosophy through Ubuntu**. Harare: Mond Books, 1999, p. 49-66. Tradução para uso didático por Arnaldo Vasconcellos.

RIBEIRO, Djamila (2017). **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento. 112 páginas

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**. Salvador, Bahia, Brasil, n.17, 1996.

Truth, Sojourner, **E não sou uma mulher?** In: Geledes.org.br. Tradução Osmundo Pinho; Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em 07 de maio de 2019.

WEEMS, Clenora Hudson. **Nommo: Automeação e Autodefinição** Uma Agenda para a Sobrevivência" em Irmandade, Feminismos e Poder African World Press, 1988.

_____. **Mulherismo Africana: O outro lado da moeda**. Quilombouniapp, revisão: UNIAPP, tradução: Naiana Sundjata, 2012.

_____. “Mulherismo Africana: uma visão geral”. **Coleção Pensamento Preto – III: Epistemologias do Renascimento Africano**. Diáspora Africana: Filhos da África, 2019, p. 158-173.